

O crescendo da violência em São Tomé e Príncipe

A quem conheceu S. Tomé e Príncipe há anos, os tempos de quietude e de paz social parecem já longínquos, não tanto pela distância temporal quanto pela percepção de que esse ambiente se tornou uma realidade irreversível.

Amiúde, os indivíduos e as sociedades procuram representar-se como imutáveis, salientando como perenes os traços que supostamente lhes conferem coerência ou minimizam fracturas ameaçadoras. Ao longo de anos, em S. Tomé e Príncipe gerou-se um discurso aparentemente espontâneo e consensual sobre a candura da sociedade local. Supostamente ditado pela realidade e validado pela ausência de conflitos de monta, esse discurso, ancorado na ideia de uma índole pacífica e acolhedora dos são-tomenses, podia ser corroborado pelos poucos visitantes do arquipélago (diga-se, tal índole também deverá ser atribuída à contenção de costumes promovida pelo autoritarismo do poder colonial, herdado e mantido por algum tempo pelo Estado pós-colonial, uma abordagem a aprofundar noutra ocasião).

Desmentindo a perenidade da suposta harmonia do relacionamento social, o meio são-tomense vem-se transformando. Aflora alguma crispação, motivada, por exemplo, pela circunstância de qualquer acto do quotidiano ter a carga de um expediente crucial para a sobrevivência. Também por isso, actualmente não é difícil encontrar populares a expor diagnósticos sobre a situação social e política baseados na racialização dos comportamentos dos seus conterrâneos (note-se, tais diagnósticos podiam ser atribuídos a empedernidas mentes neo-colonialistas ou racistas). A quem conheceu S. Tomé e Príncipe há anos, os tempos de quietude e de paz social parecem já longínquos, não tanto pela distância temporal quanto pela percepção de que esse ambiente se tornou uma realidade irreversível.

Até para os mais distraídos, os sinais de que algo mudou na sociedade são-tomense estão aí há já alguns anos. Até agora, a violência tem sido sustida por factores como, por exemplo, as relações familiares e de proximidade e, quiçá, a percepção de que a contenção é uma espécie de última salvaguarda de situações de

conflito de muito mais difícil reparação. Mas ela vem-se insinuando e instalando no meio insular.

Esta evolução radica na condução política do país que tem falhado com fragor o cumprimento de sucessivas promessas de regeneração. Não entraria aqui na discussão do enfoque com que, tanto no arquipélago como no exterior, se encara a perda de ética de outrora, complacentemente olhada por alguns como consentânea com uma africanização tida por “natural” e inelutável. Não considero a adequação a uma imaginada idiosincrasia, definida a posteriori como mais autêntica, como uma inevitabilidade histórica e, menos ainda, uma desculpa ou explicação razoável para a progressiva degradação dos padrões de ética no relacionamento social em S. Tomé após a independência. Aqui se situa também a génese da violência.

Se, para traçar o curso dos sinais da violência, recuarmos, por exemplo, até à implantação da democracia, diremos que esta não acomodou a conflitualidade em parâmetros consentâneos com o desempenho institucional ou com a legítima expressão política e social dos interesses em jogo. Vejamos, os rumores e, mais especificamente, os panfletos anónimos configuram o recurso a uma violência de baixo coturno que explora sentimentos de vingança previsíveis em pessoas a quem retirou a segurança mínima do dia-a-dia. O espectro da pequena criminalidade instilou o medo e a insegurança entre os mais desprotegidos. Enquanto isso, a ameaça e a coacção física passaram a expediente para resolver pendências com influentes locais. Da prática da extorsão, os autores retiram não apenas réditos económicos como também alguma satisfação pelo desforço que, a seu ver, repõe expeditamente a “justiça”.

Ainda assim, tudo isto parece socialmente confinado e não desmentir a ideia de uma sociedade pautada pela tranquilidade. Atentemos, todavia, nalguns sinais, entre eles os protestos populares. Quando do golpe de 1995, o apoio da rua aos militares foi evidente. Esse apoio a um

movimento sem contornos políticos concretos — tão só se dava a perceber como uma acção de força — é explícito enquanto resultado do desapossamento e da falta de horizontes de parte substancial das pessoas. Anos depois, a população revoltou-se e pôs a cidade e zonas circundantes em estado de sítio, chegando a tornar inoperacional o aeroporto. Este tumulto refluíu como, por regra, refluem as manifestações populares mais ou menos espontâneas.

Em 2003, a pretexto do incumprimento de uma alegada promessa de cedência de um espaço para artesãos, desencadeou-se uma manifestação de rua com contornos violentos. Apesar da inconsequência do acto, os populares “vingaram-se” atingindo à pedrada a sede do governo.

Dias antes do golpe de 16 de Julho desse ano, a tensão tomou conta do país. O motivo imediato foi a anunciada intenção de realização de uma manifestação, cujos propósitos veladamente se resumiam a uma espécie de desagravo popular das instituições e dos políticos. Qualquer observador ficava surpreendido pelo facto de a intenção de realização de uma manifestação — presumivelmente de pequena monta — provocar grande incomodidade, a ponto de ter feito reunir os órgãos de soberania para deliberar sobre a autorização da manifestação. Dias depois seguiu-se o golpe.

No final desse 2003, vi designar políticos como alvo a abater numa próxima oportunidade. Mesmo que se deva tomar tais assertivas como expressão de um desabafo ou como mera vazão de ressentimentos, elas brotam de sentimentos que, uma vez gerados, dificilmente se removerão. Ilusoriamente, as constantes recomposições de facções poderão levar a pensar estarem cerzidas as feridas. Mas não. Na realidade, parece incontornável o larvar, senão de uma violência de baixa intensidade, ao menos de uma crispação que empece o bom desempenho social e político.

Para lidar com as dificuldades, os políticos são-tomenses ensaiam paliativos. Insistem no esconjuro da violência e prometem combater as gravosas desigualdades sociais. Em 2003, em eventos de celebração da cultura são-tomense, o que esteve em causa foi, não a cultura da terra, mas a pacificação da sociedade. Falou-se da índole das pessoas, aludiu-se ao facto de serem todos primos — conformemente ao acrónimo do país, STP — e, sobretudo, ao desejo de paz do povo são-tomense.

Ora, embora estejamos muito longe dos padrões de violência de outras sociedades, a evolução política alienou a (imaginada) índole pacífica das gentes. Os políticos crêem que a violência não será factível em virtude da exiguidade física e da intensa interacção pessoal nas ilhas, factores que, de certo modo, contiveram uma maior agressividade durante o regime de partido único. Mas as dinâmicas sociais e políticas não se estancam com palavras, podendo suceder imporem-se ao arrepio do desejo de todos e de cada um dos são-tomenses. E inspirarem acções como a alegada invasão da TV são-tomense na última campanha das eleições presidenciais. Independentemente das justificações, o que perpassa é uma imagem de impunidade ou, se for o caso, de contas caladas a acertar no futuro.

A vida institucional e política fornece um exemplo pobre para o comum dos cidadãos. Se necessário fora, a menção explícita dos políticos ao “banho” — compra de consciências e de votos nas eleições — aí está a comprová-lo. Para além dos efeitos corrosivos no plano económico, a neo-patrimonialização do Estado vinca as clivagens entre os que detêm poder e os desprovidos dele. Em vez de rigor na observância e na exigência de preceitos institucionais, os actores políticos tentaram-se a multiplicar os pólos de poder e de contenção recíproca com que substituem uma desejável auto-regulação institucional e política. Sucede que os propósitos de contenção já comportam a propensão para a monopolização da violência em nome do reajuste e da pacificação da sociedade. Tentadora para alguns, tal solução — por que clamam vozes populares — só aumentará as clivagens sociais e o potencial de conflito.

S. Tomé e Príncipe é uma sociedade onde vingam as divisões e onde prevalece o ressentimento (calado) contra a subalternidade e a marginalidade no acesso aos bens e oportunidades do mundo actual. A qualquer momento o ressentimento contido pode transmutar-se em reacções violentas, para mais quando a própria violência passou a ser crivo da afirmação de poder pessoal e grupal, como o indiciam, por exemplo, a alegada agressão às autoridades judiciais e a mencionada invasão da TVS durante a recente campanha eleitoral para a Presidência.

Contra alguns sinais de esperança, adensam-se os motivos de apreensão. Entre eles, a possibilidade de uma coragem cívica e ética de uma pessoa ou de um momento não plasmar a prática diária dos actores políticos.

